

RELENDO O MITO DO ESTADO: DIREITO, MITO E RAZÃO NA FILOSOFIA POLÍTICA DE ERNST CASSIRER

*REREADING THE MYTH OF THE STATE: LAW, MYTH, AND
REASON IN ERNST CASSIRER'S POLITICAL PHILOSOPHY*

Lucas Neves Justino 

Universidade Católica de Petrópolis,
Brasil

lucasnevesjustino@gmail.com

Resumo

Neste artigo busca-se compreender a análise do totalitarismo político desenvolvida pelo filósofo alemão, Ernst Cassirer, em *O Mito do Estado*, como resultado de um percurso teórico mais amplo, amadurecido ao longo de seus escritos que tratam de temas correlatos aos desenvolvidos em sua obra póstuma, situando o livro no interior de um projeto filosófico mais abrangente, voltado à defesa da racionalidade e da liberdade diante das ameaças políticas do século XX. Objetiva-se elucidar o significado do mito no pensamento

de Cassirer: sua função nas sociedades primitivas, o papel que desempenha na experiência humana e sua inserção no conjunto das formas culturais; assim como o processo regressivo sofrido pela organização social, que desenvolvida da matriz mítica às formas racionais de ordenação da vida coletiva moderna, pôde sofrer uma inflexão abrupta, marcada pelo retorno do mito ao centro da vida política. Por fim, analisa-se os três elementos fundamentais que, segundo Cassirer, compõem a sofisticada técnica responsável pelo regresso do mito como instrumento de dominação política: a manipulação sistemática da linguagem; a organização de novos rituais; e a eleição de um líder que encarna o desejo coletivo.

Palavras-chave: filosofia da cultura; filosofia do direito; totalitarismo

Abstract

This article seeks to understand the analysis of political totalitarianism developed by the German philosopher, Ernst Cassirer, in *The Myth of the State*, not in isolation, but as the result of a broader theoretical trajectory, matured throughout his writings on themes related to those developed in his posthumous work. The book is thus



situated within a more comprehensive philosophical project aimed at defending rationality and freedom in the face of the political threats of the twentieth century. The objective is to elucidate the meaning of myth in Cassirer's thought: its function in primitive societies, the role it plays in human experience, and its place within the broader set of cultural forms; as well as the regressive process undergone by social organization, which, having evolved from a mythical matrix toward rational forms of ordering collective life, was nevertheless able to undergo an abrupt inflection marked by the return of myth to the center of political life. Finally, the article analyzes the three fundamental elements that, according to Cassirer, constitute the sophisticated technique responsible for the return of myth as an instrument of political domination: the systematic manipulation of language; the organization of new rituals; and the selection of a leader who embodies collective desire.

Keywords: philosophy of culture; philosophy of law; totalitarianism.

Introdução

Em janeiro de 1945, no exílio que lhe foi imposto pelo regime nazista, o filósofo judeu Ernst Cassirer, proferia, na Universidade de Princeton, uma conferência intitulada *A Técnica dos Mitos Políticos Modernos*, na qual apresentava uma síntese dos argumentos que desenvolveria, com maior fôlego, em sua última obra, *O Mito do Estado*, publicada postumamente, no ano seguinte. A questão de que ocupava Cassirer dizia respeito à identificação das ideias que precederam e tornaram possível a ascensão dos regimes totalitários. Tanto seu livro quanto a palestra que o antecipou elegeram como chave interpretativa o retorno do pensamento mítico à vida política e social do homem (Dreizik, 2020, p. 13).

No seu derradeiro empreendimento intelectual, Cassirer percorre a história da filosofia política desde os pré-socráticos até Hegel para mostrar como o homem, que, supostamente, havia substituído o pensamento mítico pelo racional e transformado a vida social primitiva em uma organização fundada na razão, na lei e na liberdade, assistiu à surpreendente inflexão desse processo secular de desenvolvimento. Para Cassirer, no século XX a ordem política ganhou uma nova configuração onde o Estado tornara-se o portador de um poder mítico que sustentou o totalitarismo. O livro é um diagnóstico da crise da cultura vivenciada pela humanidade quando as forças ocultas do mito, ilusoriamente circunscritas ao passado primitivo da humanidade, retornaram ao mundo como produto da falta de autoconhecimento do homem e de uma nova técnica de propaganda política, construída pela manipulação da linguagem, pelo domínio dos meios de comunicação e pela ritualização da vida.

O último livro de Ernst Cassirer – assim como sua filosofia política em geral –, continua sendo tema controverso. Pelo seu *O mito do Estado*, o filósofo recebeu severas e contundentes críticas, sendo acusado de ter apresentado uma resposta inadequada e uma conclusão incompleta do fenômeno que se propôs a esquadrihar.¹ De fato, como observa Pellegrino Favuzzi – um dos principais intérpretes do filósofo –, é inegável que se trata de uma obra problemática. O livro foi publicado postumamente, em outubro de 1946, mais de um ano após a morte de Cassirer, e, apesar de ter sido apresentado e recepcionado como uma obra acabada, sua leitura conduz à

¹Cf. VOEGELIN, Eric. *Review of The Myth of the State*. Journal of Politics, Vol. 9, n° 3, 1947, p. 445-447 e STRAUSS, Leo. *Review of Ernst Cassirer's The Myth of the State*. Social Research, Vol. 14, n° 1, 1947, p. 125-128. Para uma compilação mais extensa cf. FAVUZZI, Pellegrino. Filosofia de la cultura y mito político. *La critica de Ernst Cassirer sobre la razon mítico-política*. In: DREIZIK, Pablo; FLORES, Pablo Ríos; LUMERMAN, Alejandro. *Filosofia, Mito y Fascismo: releyendo El Mito del Estado de Ernst Cassirer*. 1ª ed. Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2020. Para uma análise das críticas cf. FAVUZZI, Pellegrino. *Il Pensiero Politico de Ernst Cassirer: filosofia dela cultura tra democrazia e mito*. Milano: Mimesis Edizione, 2022, p. 21-49.

conclusão diametralmente oposta. A estruturação da obra e as proporções de suas partes integrantes denotam, de fato, certa incompletude; dão a impressão de que representam etapas de um plano mais amplo que não foi levado a cabo.

Contrariamente à promessa do ambicioso título da última parte, “O Mito do Século XX”, o cerne da explicação sobre como teria sido possível o suposto retorno do mito à vida pública foi breve e sinteticamente examinada no capítulo final, intitulado “A Técnica dos Mitos Políticos Modernos”, enquanto os dois primeiros capítulos dessa mesma última parte atuaram mais como uma introdução ao tema principal do que como fim em si mesmos (Favuzzi, 2020, 166-167). Curiosamente, o artigo, fruto da conferência citada anteriormente ministrada por Cassirer na Universidade de Princeton, e cujo conteúdo coincide com o do último capítulo de *O Mito do Estado* – como a homonímia do título denuncia –, é, em determinados aspectos, até mais completo que o próprio texto definitivo publicado um ano depois. Na tradução brasileira, publicada pela editora Codex, aqui utilizada como referência, o último e mais importante capítulo da obra conta com apenas vinte e uma páginas. Não há como não supor tratar-se de um capítulo inacabado. O mesmo pode ser dito da conclusão da obra, que, com o perdão do oxímoro, é absolutamente inconclusiva. Muito falta do pensamento original e sistemático que esperamos do legítimo filósofo. E Cassirer, sem dúvidas, era um deles.

Talvez o prefácio de *O Mito do Estado*, escrito por Charles William Handel, amigo e contemporâneo de Ernst Cassirer no departamento de filosofia da Universidade de Yale, ofereça uma explicação razoável para essas lacunas. Segundo o professor, crítico e revisor de seus dois últimos livros publicados no exílio norte-americano, Cassirer terminara e revira o manuscrito poucos dias antes de sua morte em 13 de abril de 1945 e não chegou a ver a última parte do livro tal como fora apresentada ao público. Handel relata que as alterações reputadas necessárias na primeira e segunda partes da obra foram todas elas “praticamente examinadas e aprovadas” por Cassirer, e “na maioria dos casos”, teve ele a oportunidade de discuti-las com o autor. O mesmo não se deu com a terceira parte, que não contou com o aval de Cassirer, como nos informa o prefaciador da obra: “espero que, ao organizar a terceira e última parte, sem dispor da tranquilizadora segurança de sua aprovação final, não tenha alterado coisa alguma que fosse de vital importância para o autor”. Coincidentemente – ou não – a última parte de *O Mito do Estado* e, especialmente seu capítulo final, são os principais alvos dos críticos de Cassirer (Handel, 1946, p. 14-15).

Seja como for, não é intenção colacionar as críticas que lhe foram direcionadas, tampouco refutá-las. Às principais oposições ao pensamento político de Cassirer fez-se

referência expressa em notas de rodapé. Inúmeras outras podem ser encontradas nas referências bibliográficas citadas. O objetivo aqui é outro. Como destaca Pellegrino Favuzzi, se nos limitarmos ao simples reconhecimento das inconsistências presentes no pensamento de Cassirer, não é possível fazer justiça ao filósofo. A aparente imperfeição de suas ideias sobre a política moderna não deve levar-nos a ignorar sua intenção sistemática. De fato, a pesquisa empreendida pelo filósofo de Marburg durante o exílio pode ser metodicamente concentrada nas relações entre as formas culturais do mito, do Estado e da técnica. Em diversos escritos, Cassirer oferece uma análise histórica e sistemática do processo de mitologização da política, que atinge o fastígio na era da ciência e da técnica no início do século XX e cujas consequências práticas se tornaram cada vez mais visíveis no nebuloso interregno entre as duas guerras mundiais. Segundo Cassirer, nesse período de transição da vida política e social, o poder do pensamento mítico voltou a ser posto em prática como elemento organizador da vida social e, conseqüentemente, o pensamento racional fora por ele substituído (Favuzzi, 2020, p. 167-168). Neste artigo, busca-se compreender a análise do totalitarismo político desenvolvida pelo filósofo alemão em *O Mito do Estado* como resultado de um percurso teórico mais amplo, amadurecido ao longo de seus escritos que tratam de temas correlatos aos desenvolvidos em sua obra póstuma, situando a obra no interior de um projeto filosófico mais abrangente, voltado à defesa da racionalidade e da liberdade diante das ameaças políticas do século XX.

Nesse sentido, objetiva-se elucidar o significado do mito no pensamento de Cassirer: sua função nas sociedades primitivas, o papel que desempenha na experiência humana e sua inserção no conjunto das formas culturais. Trata-se, em síntese, de reconstruir a teoria do mito tal como se encontra dispersa entre o primeiro capítulo de *O Mito do Estado*, o sétimo capítulo do *Ensaio sobre o Homem* e o segundo volume de sua *Filosofia das Formas Simbólicas*, dedicado exclusivamente ao pensamento mítico. Em segundo lugar, investiga-se, à luz do último capítulo de *O Mito do Estado* e do artigo homônimo que lhe serviu de base, como o secular processo de desenvolvimento da organização social – que conduzira, de modo gradual, da matriz mítica às formas racionais de ordenação da vida coletiva – pôde sofrer uma inflexão abrupta, marcada pelo retorno do mito ao centro da vida política, culminando na superação da ordem política liberal. Analisa-se os três elementos fundamentais que, segundo Cassirer, compõem a sofisticada técnica responsável pelo regresso do mito como instrumento de dominação política: a manipulação sistemática da linguagem; a organização de novos rituais; e a eleição de um líder que encarna o desejo coletivo.

1. O regresso do mito

Segundo Cassirer, o período entre as duas guerras mundiais não apenas trouxe consigo uma mudança radical nas formas de vida social, como também do pensamento político. Nesse terreno, a civilização deparou-se com problemas inteiramente novos, assim como com respostas igualmente inéditas. Ao seguir os métodos de investigação filosófica e científica até então disponíveis, todos parecem insuficientes para explicá-los. O traço mais importante e mais alarmante no desenvolvimento da vida política moderna é, de acordo com o filósofo, a surpreendente ascensão de um novo poder: o poder do mito. Após um encarniçado confronto entre mito e razão, o primeiro alcançou uma vitória clara e definitiva. O homem moderno pareceu ter esquecido tudo que aprendeu no decorrer de sua vida intelectual e regressou aos períodos mais rudimentares da cultura. Nesse momento, o pensamento racional e científico reconheceu, abertamente, sua definitiva derrota (Cassirer, 2003, p. 19-20).

Ao invés do avanço contínuo do pensamento racional, o século XX, marcado indelevelmente pela ascensão de regimes autoritários e totalitários, assistiu ao seu surpreendente declínio. Enquanto o saber científico, aliado ao progressivo domínio do conhecimento, conquistava feitos de relevância superlativa na marcha intelectual da humanidade, no âmbito das relações sociais e da vida política, sofria derrota acachapante. O homem contemporâneo deu evidentes mostras de haver perdido a memória das aquisições de sua trajetória e regrediu aos estágios iniciais e mais rudimentares de sua milenar experiência cultural. A razão, consciente de sua impotência, entregara-se, sem resistência, ao mais insidioso e ameaçador de seus antagonistas: o mito. “Como isso foi possível? Como explicar o novo fenômeno que tão subitamente apareceu em nosso horizonte político e que, num certo sentido, parece subverter todas as nossas anteriores ideias sobre o caráter da nossa vida intelectual e social?” (Cassirer, 2003, p. 19-20). São as perguntas que Cassirer pretendeu responder no seu *O Mito do Estado*.

De certa forma, o fenômeno não pode ser considerado propriamente novo. Afinal, segundo Cassirer, estávamos muito mais conscientes da verdadeira natureza do pensamento mítico do que nos séculos precedentes. Os pensadores do século XVIII não puderam encontrar no mito nada além de uma grosseira massa das mais rudes superstições, uma mistura heterogênea de ideias absurdas e fantásticas. Os principais opositores dos filósofos do Iluminismo – os românticos alemães – recusaram e atacaram essa visão. Um século antes do advento dos mitos políticos modernos, Schelling havia proferido suas célebres conferências sobre a filosofia da mitologia na Universidade de Berlim. Era a primeira vez que o mito fora admitido em um

sistema filosófico. “Os filósofos e poetas do romantismo foram os primeiros a beber na taça mágica do mito. Sentiram-se consolados e rejuvenescidos” – destaca Cassirer. “A partir desse momento, passaram a ver as coisas sob uma nova e transformada perspectiva” (Cassirer, 2003, p. 22). Viram no mito uma grande e indispensável força construtiva, a base da vida cultural do homem, de sua poesia, de sua arte, de sua religião e de sua história. O que vemos, então – conclui Cassirer – “é uma completa mudança de todos os valores anteriores”. O mito, até então relegado a posições inferiores, “foi subitamente elevado à suprema dignidade” (Cassirer, 2003, p. 22).

A análise metafísica do mito presente no pensamento de Schelling foi seguida por outras tentativas de compreensão do fenômeno, que passou, então, a ser estudado sob diversas outras perspectivas. Etnólogos, sociólogos, antropólogos e psicólogos abordaram o tema pela perspectiva empírica. Reuniram um imenso material proveniente de todas as partes do planeta e demonstraram que o mito é um elemento comum da vida humana, um fenômeno que surge sob formas semelhantes e desenvolve-se sob condições das mais variadas (Cassirer, 2020, p. 24). A despeito da pluralidade de conclusões expostas, todos esses estudos tinham como pressuposto o fato de que a cultura humana havia abandonado, há muito, sua fase mítica. Como destaca Cassirer, de acordo com a teoria do antropólogo Lévy-Bruhl, por exemplo, existiria um profundo abismo, uma barreira intransponível entre a mente primitiva e a nossa; ambas não pertenceriam ao mesmo gênero; seriam, portanto, incomparáveis e incompatíveis. As normas que, para o homem civilizado, parecem indiscutíveis e invioláveis, seriam inteiramente desconhecidas e constantemente contrariadas no pensamento mítico. “A mente do selvagem é incapaz de todos esses processos de dialética e de raciocínio”, “não é lógica, mas pré-lógica ou mística”. O homem primitivo viveria em um mundo impermeável à experiência e às formas de pensamento modernas (Cassirer, 2003, p. 28).

Embora não negue o interesse e o mérito dessa teoria, questiona-nos Cassirer: se o mito é um produto típico do universo primitivo, isto é, da mente pré-lógica ou mítica, como podemos explicar sua reaparição nas condições de nossa sofisticada cultura? Os homens que se tornaram autores dos mitos políticos, seus hábeis artífices e propagadores, estavam longe de encarnar qualquer figuração do homem primitivo. Pelo contrário, distinguiam-se por uma capacidade intelectual, eram estrategistas lúcidos e experimentados; senhores de seus propósitos e plenamente conscientes dos instrumentos de que dispunham; dominavam plenamente seus fins e seus meios. Além disso, os destinatários desses mitos tampouco pertenciam a uma massa inculta ou rudimentar de homens primitivos. Tratavam-se, muitos deles, de

espíritos ilustrados: cientistas, professores, filósofos, juristas, médicos e intelectuais. Como, então, compreender que esses indivíduos tenham sido tão facilmente capturados pelos mitos modernos, a ponto de aparentarem ignorar tudo que haviam aprendido até então? Tudo isso permaneceria ininteligível se o mito não fosse nada além de mero resíduo de um passado remoto e superado. O mito deve ser – e é – muito mais que isso (Cassirer, 2020, p. 25-26).

Segundo Cassirer, o mito não constitui produto exclusivo de uma mentalidade arcaica; conserva, ainda hoje, um lugar próprio. Mesmo nos estágios mais avançados da cultura humana, sobrevive como elemento permanente. O homem não se define unicamente como animal racional; ele é – e continua sendo – um animal mítico. O mito inscreve-se no âmago da natureza humana, de modo que não há como suprimi-lo ou bani-lo por completo. Ainda que sob novas roupagens, ele sempre reaparece. Subsiste em diversos domínios da cultura e atividades humanas. Na linguagem, na religião, na poesia e nas artes, o mito foi conservado durante milênios, o que não significa, contudo, que mantenha suas características. Em que pese não tenha sido abolido, o pensamento mítico foi profundamente transformado e a metamorfose pela qual passou possui relevância fundamental. A cultura humana não erradica por completo os elementos míticos, mas aprende gradualmente a discipliná-los: forja novas potências construtivas do pensamento lógico e científico, desperta novas orientações éticas, mobiliza forças criativas inéditas da imaginação artística. Com efeito, conquanto o advento dessas faculdades não aniquile o mito, neutraliza-o, submetendo-o a variadas formas de controle. Esse equilíbrio, contudo, não necessariamente se estabelece de maneira definitiva, permanecendo sempre vulnerável a toda sorte de perturbações (Cassirer, 2020, p. 27).

Essas perturbações revelam-se com particular nitidez no âmbito da vida política. Desde o início da filosofia política, que remonta ao pensamento de Platão e Aristóteles, desenrola-se uma luta contínua entre *logos* e *mythos*, ou entre uma representação mítica do Estado e sua elaboração racional, conforme delineado por Ernst Cassirer na segunda parte de seu *O Mito do Estado*. Em certo momento, julgou-se que essa disputa houvesse encontrado seu desfecho: o Estado parecia, enfim, ter-se alicerçado sobre fundamentos racionais definitivos, firmes e estáveis. Contudo, essa vitória da razão jamais deixa de ser efêmera e precária. Em política, esse equilíbrio nunca se consegue completamente. Na esfera política nunca se pisa em solo inteiramente seguro. Em tempos de paz, sob condições de relativa estabilidade, torna-se fácil sustentar uma ordenação racional da vida política e social. Mas fato é que permanecemos sempre de pé sobre um solo vulcânico e, portanto, devemos estar preparados para eventuais erupções súbitas e imprevisíveis. Nos instantes críticos

da vida política, o mito pode recuperar sua antiga força. Afinal, ele nunca deixou de ocultar-se nas sombras, à espera da ocasião propícia para restabelecer-se. Essa ocasião sobrevém quando os demais poderes de integração social, por uma razão ou outra, se enfraquecem e já não conseguem conter sua força (Cassirer, 2020, p. 28).

Nos momentos de grave convulsão política, de intensa instabilidade social, as forças racionais podem ser profundamente abaladas. Nesse contexto, as opções do homem se chocam violentamente com seu pretenso desenvolvimento, suas ideias e ações não se coadunam com seu grau de adiantamento e as soluções encontradas não se esteiam na razão. Incontinente, fica sujeito às mais violentas paixões, vulnerável ao êxtase emocional que o domina. Subordina-se, então, aos impulsos mais irracionais do âmago do seu inconsciente. Incapaz de refreá-las, aproxima-se do homem primitivo que a evolução parecia haver suplantado. O mito se expandiu quando as forças unificadoras da vida social do homem, por uma razão ou por outra, perderam sua força e não foram capazes de lutar contra sua força demoníaca (Cassirer, 2003, p. 324). Nesse momento, a razão, outrora guia supremo do espírito moderno, cedeu seu destacado lugar a um elemento que solapou os alicerces da fé tradicional da cultura política. Abriram-se, então, as comportas para a ascensão de um elemento profundamente arcaico. Como observou Will Durant, “lei e mitos têm andado de mãos dadas através dos séculos, cooperando ou revezando-se na direção da humanidade; até hoje nenhum Estado ousou separar-se do mito” (Durant, [s.d.]a, p. 17).

Para Ernst Cassirer, o mito é uma forma cultural por meio da qual o espírito humano organiza e interpreta a realidade. Não se trata de um estágio inferior do pensamento, mas de um modo específico de apreensão do mundo, dotado de coerência interna e regido por uma lógica própria, ainda que distinta daquela que caracteriza o pensamento conceitual ou científico. O mito não corresponde, portanto, a uma etapa ultrapassada da história; continua a operar nos interstícios da cultura. Exatamente por não consistir em um elemento rudimentar suplantado pela racionalidade moderna, mas em uma estrutura cognitiva persistente – e, por isso mesmo, passível de mobilização –, o mito pôde reassumir, no século XX, por intermédio de uma técnica inteiramente nova, seu antigo papel na vida pública. Conquanto conservem traços formais comuns aos mitos arcaicos, os mitos modernos não são engendrados pelos mesmos métodos e procedimentos, já não resultam de uma atividade inconsciente nem constituem produtos espontâneos da imaginação, mas são elaborados segundo um plano político pré-concebido. Não emergem de maneira espontânea, tampouco se desenvolvem de modo natural e livre; são criações artificiais, invenções deliberadamente forjadas por meio de um método original (Cassirer, 2003, p. 326–327). O propósito de Ernst Cassirer em seu *O Mito do Estado* consiste, precisamente, em

desvelar a metodologia própria da técnica dos mitos políticos modernos.

A tarefa, contudo, não se revela simples. À primeira vista, o mito apresenta-se como um conjunto disperso e aparentemente desarticulado de ideias. Em sua essência e significado próprios, o pensamento mítico é não teórico e resiste às categorias fundamentais do pensamento racional. Sua lógica mostra-se incompatível com as concepções modernas de verdade científica. Antropólogos e etnólogos empenharam-se reiteradamente na busca de um princípio capaz de explicar a origem das diversas mitologias, motivados pela recorrência de formas elementares de pensamento encontradas em contextos culturais e sociais profundamente distintos. Todas essas tentativas, entretanto, fracassaram de modo irremediável, segundo Cassirer, quando os estudiosos procuraram localizar essa unidade no plano do conteúdo. Segundo o filósofo, precisamente em razão da infinita variedade do pensamento mítico que todas as tentativas de unificação das ideias mitológicas, ou de sua redução a uma uniformidade conceitual, se revelaram, de plano, fadadas ao completo fracasso (Cassirer, 2021, p. 123). Visando preencher a lacuna, Cassirer buscou compreender a estrutura do pensamento mítico, notadamente no segundo volume de sua *Filosofia das Formas Simbólicas*.

2. O mito segundo Ernst Cassirer

De acordo com Cassirer, a compreensão do mito deve ser buscada na forma de sua produção e não em seu conteúdo. Apesar da imensa variedade de produções mitológicas, a função por elas desempenhadas não deixa de ter certa homogeneidade. Os sujeitos do mito, assim como os rituais são de uma infinita variedade, na verdade, “são incalculáveis e insondáveis” – explica – “mas os motivos do pensamento mítico e da imaginação mítica são, em certo sentido, sempre os mesmos. Para Cassirer, é a função criadora que constitui a essência do pensamento mítico, não as razões particulares das narrativas consideradas isolada ou conjuntamente. Os mitos exibem sempre um mesmo tipo de atividade simbólica que reconfigura a experiência do mundo, de modo que a ênfase na forma permite entender por que elementos semelhantes reaparecem em contextos absolutamente distintos. Nesse sentido, Cassirer elide as interpretações então dominantes do fenômeno mítico que supunham que o mito seria apenas um conjunto confuso de narrativas sem coerência interna, fruto de uma mera ficção, um produto inconsciente da mente primitiva, bem como aquelas que se orientavam pela tendência de reduzir o mundo mítico a uma única causa, compreendendo-o como um bloco monolítico, a fim de explicá-lo segundo nossos padrões de análise racional. Ambos, em última instância, acabaram por assumir a

mesma atitude metodológica de tentar explicar o mito por um inapropriado processo de redução intelectual. Cassirer admite que o mito não opera segundo a lógica formal, mas isso não significa ausência de forma; significa presença de outra forma, distinta da lógica conceitual, mas, ainda assim, inteligível dentro de seus próprios pressupostos. Compreendê-los é o primeiro passo no caminho para sua interpretação (Cassirer, 2021, p. 121-126).

A análise não pode partir dos nossos atuais ideais teóricos de conhecimento, tampouco de uma pretensa explicação que se debruce sobre crenças ou ideias extraídas dos mitos, mas de uma hermenêutica da vida mítica. Segundo Cassirer, o mito “não é um sistema de credos dogmáticos. Consiste muito mais em ações do que em simples representações.” (Cassirer, 2021, p. 132). O mito é coerente, não porque seja racional em nossa acepção moderna, mas porque é sistemático na articulação das forças vitais que reconhece como constitutivas do mundo humano por ele abarcado. Nessa perspectiva, Cassirer advoga que, na análise do mito, é preciso privilegiar suas formas de expressão, pois nelas manifestar-se-ia sua coerência interna. A forma mítica da consciência se radica numa experiência perceptiva originária em que o mundo não aparece como um compilado de elementos conceituais, mas como um campo de forças expressivas. Seu princípio vital não pode ser compreendido por um processo analítico, mas em termos de ação. Afinal, afirma nosso autor: “o homem primitivo não expressa seus sentimentos e emoções por meros símbolos abstratos, mas de maneira concreta e imediata” (Cassirer, 2021, p. 133).

O substrato desse conjunto de manifestações expressivas constitui a própria estrutura do pensamento mítico, cuja característica fundamental reside no fato de ser produto da emoção. “O verdadeiro substrato do mito não é um substrato de pensamento, mas de sentimento”, afirma Cassirer (2021, p. 135). Esse fundo emocional permeia todas as suas produções, as quais, por sua vez, conformam o pensamento mítico como tal. Em sentido convergente, e com maior precisão, Pellegrino Favuzzi assevera que, para Cassirer, o mito pode ser definido como um instrumento originário de governo das emoções, tornando possível às sociedades arcaicas o surgimento de um ordenamento da vida social. Com efeito, Cassirer concebe o mito como uma forma cultural dotada de uma função de socialização, orientada a superar situações de crise por meio da institucionalização coletiva do sentimento (Favuzzi, 2022, p. 372–373).

Como assinala o filósofo alemão, mesmo nas sociedades arcaicas, organizadas e orientadas segundo o mito, este não atua de maneira uniforme, tampouco com idêntica intensidade. Sua força manifesta-se de modo mais latente quando o homem primitivo se vê compelido a enfrentar situações de crise, inusitadas ou perigosas.

“Em todas aquelas atividades que não exigem esforços especiais e excepcionais, nem qualquer coragem ou resistência extraordinárias, não encontramos magia nem mitologia”, observa Cassirer. Contudo, sempre que se encontra diante de uma atividade arriscada, perigosa e de resultados incertos, o homem recorre ao mito, ao rito e à magia (Cassirer, 2003, p. 323). Não por outra razão, o êxito dos mitos políticos modernos de que fala Cassirer vincula-se a um complexo sistema simbólico de dominação que se vale da manipulação das emoções e da evocação dos elementos mais primitivos do espírito humano, convertendo-os em meio de controle político, em instrumento intelectual de polarização, indignação e revolta, com vistas a promover uma integração política aproveitando-se do cenário de crise social.

À primeira vista, os mitos políticos modernos apresentam-se como construções de complexidade e refinamento dificilmente comparáveis às formações míticas próprias das sociedades primitivas. Ainda assim, há dois traços fundamentais que, segundo Cassirer, aproximam esses fenômenos à primeira impressão tão distintos: ambos se constituem como manifestações de desejos coletivos e somente são deflagrados quando tais desejos atingem um grau de intensidade superlativa. No interior dos mitos políticos modernos reencontra-se a mesma combinação de impulsos conflitantes presente no mundo arcaico. Para Cassirer, a crença do homem primitivo no mito configura-se como um amálgama de desespero e confiança. Por um lado, o indivíduo experimenta uma profunda insegurança, uma desconfiança radical de si próprio e de suas capacidades individuais; por outro, deposita uma fé exacerbada na potência dos desejos compartilhados e na ação coletiva. O mesmo ocorre com os mitos políticos modernos. Todos os recursos racionais então disponíveis para enfrentar tal situação pareciam exauridos. Tornou-se necessário abandoná-los. Passaram, então, a ser denunciados como ineficazes, ilusórios e destituídos de sentido e valor. Diante do caos, a aposta no mito apresentou-se como o último recurso de fé (Cassirer, 2020, p. 32–33). Nesse momento, tornou-se evidente que o papel desempenhado pelo mito e pela mitologia nas sociedades arcaicas também pode se impor aos estágios altamente desenvolvidos da vida política e social.

A lógica mítica não é irracional, possui coerência interna e capacidade de ordenação do mundo, embora o faça pelo amálgama do símbolo e da experiência, onde o sentido não se distancia da vivência. A realidade mítica é, por assim dizer, densa de significado, mas esse significado não se autonomiza como objeto de reflexão; é pura expressão. Não se trata, contudo, de mera passividade do homem em relação a agentes e eventos externos, mas de participação ativa de sua consciência na objetivação do mundo que o circunda, ainda que limitada à expressão das emoções. O mito não se reduz exclusivamente ao elemento emocional, não no sentido de ser ele próprio simples

emoção. É, antes de tudo, uma expressão da emoção; no que ele se diferencia das reações tipicamente animais. O pensamento mítico, embora profundamente enraizado no mundo sensível, situa-se muito além da mera passividade. “Se avaliarmos de acordo com as normas empíricas habituais, fornecidas pela nossa experiência sensorial, concluiremos que as suas criações são totalmente ‘irreais’ – destaca Cassirer –, “mas é precisamente nessa irreabilidade que se manifestam a espontaneidade e a liberdade interior da função mítica” (Cassirer, 2001, p. 34).

Mesmo o homem primitivo não é refém de suas emoções; pelo contrário, as expressa, dando-lhes um sentido e um significado e, assim, de certa maneira, os domina. A expressão dos sentimentos, contudo, não se confunde com os sentimentos em si. Nas palavras de Cassirer, o mito é a “a emoção tornada imagem” (Cassirer, 2003, p. 64). Poderíamos acrescentar, sem risco de infidelidade ao autor, que é a emoção expressa por meio de símbolos, ou, uma expressão essencialmente simbólica. O mundo mítico não é “mero produto do capricho ou do acaso, uma vez que ele possui as próprias leis fundamentais que, regendo todas as suas criações, atuam em todas as suas manifestações particulares” (Cassirer, 2001, p. 34-35). Assim como a linguagem, a arte, a religião e a ciência, o pensamento mítico cumpre a tarefa de objetivação. Não apenas não se limita à realidade empírica, como constrói um mundo inteiramente novo, a partir do qual o homem confere significado às suas experiências (Cassirer, 2001, p. 66). Exatamente por isso, a mobilização do pensamento mítico pelos Estados totalitários no séc. XX teve de ser feita por uma maneira original. Não seria suficiente despertar os sentimentos, seria preciso canalizá-los, tal como no mundo primitivo, para um objetivo comum, e, assim, conferir-lhes significado. “Para transformar as velhas ideias em fortes e poderosas armas políticas era necessária qualquer coisa a mais” – observa Cassirer. “Para esse fim era necessário um novo instrumento – não somente um instrumento de pensamento, mas também de ação” (Cassirer, 2003, p. 321). Foi necessária a construção de um mundo simbólico. Um novo universo mítico foi então erigido pela nova técnica dos mitos políticos.

3. A técnica dos mitos políticos modernos

Em situações desesperadas o homem socorreu-se sempre de meios desesperados. Os mitos políticos do séc. XX são os modernos meios de que se serviu o homem para, desesperadamente, solucionar a crise em que se via inserido. “Se a razão nos abandona, resta sempre a *ultima ratio*, o poder do miraculoso, do misterioso” (Cassirer, 2003, p. 323). Ao contrário do que se imaginava, o mito não perdeu seu poder e sua eficácia; exige apenas que seja mobilizado de maneira adequada, no

instante oportuno e pelo homem correto. Todos os esforços dispersos revelar-se-iam inúteis se não pudessem ser reunidos e concentrados em um único ponto. Tal como nas sociedades primitivas, a energia coletiva da tribo condensa-se e corporifica-se na figura do feiticeiro, comandante das forças da natureza, depositário dos fármacos aptos a curar todos os males da comunidade (Cassirer, 2020, p. 33).

Líderes políticos, atuando de maneira inovadora, transformaram a linguagem, criaram falsas narrativas e exploraram o desejo coletivo, minando o pensamento crítico, a liberdade individual e a dignidade humana. O mito emergiu, então, como instrumento privilegiado da integração política e transmutou-se em uma nova técnica de domínio. Nesse momento, como em todos os períodos críticos da vida social do homem, “as forças racionais que resistiam ao surto das velhas concepções míticas já não estavam mais seguras de si próprias” (Cassirer, 2006, p. 324). “Regresso” e não “surgimento”, destaca Cassirer. Segundo o filósofo alemão “o mito não foi realmente vencido e subjugado. Está lá sempre, espreitando no escuro e esperando a sua hora” (p. 324). Manteve-se como espectro permanente, em estado latente, à espera de novo colapso político e social, quando, então, irrompeu, abrupta e impetuosamente, como poderoso catalisador do desejo coletivo deflagrado pela crise que as ideias e instituições vigentes não foram capazes de, adequada e tempestivamente, debelar.

A ascensão dos mitos políticos no século XX não se deve, contudo, a elementos inteiramente novos, mas à aplicação de uma nova e eficaz técnica de propagação e manipulação de ideias preexistentes por conspícuos artífices. Os mitos passaram a ser fabricados no mesmo sentido, com os mesmos objetivos e pelos mesmos métodos utilizados na confecção de outras armas de extermínio e dominação. Os novos mitos não foram, de modo algum, frutos espontâneos de uma imaginação exuberante e criativa, mas artefatos produzidos por artesãos hábeis e engenhosos que produziram um tipo inédito de mito, completamente racionalizado. Desenvolveram uma técnica de pensamento mítico sem precedentes na história. “Embora o solo viesse sendo preparado desde há muito para o mito do séc. XX, não teria produzido seu fruto sem a utilização hábil da nova ferramenta técnica” (Cassirer, 2003, p. 321). Desde então, os mitos passaram a ser inventados e manufaturados aos montes. O mito moderno materializa uma operação intelectual refinada que explora os recessos do inconsciente coletivo a fim de operar a fusão total das massas; o meio pelo qual se procura disciplinar as forças desencadeadas pela crise, construindo para elas um mundo simbólico que se coadune às suas tendências e desejos. Como argutamente observou Cassirer: “estava reservado ao séc XX, à grande era da técnica, desenvolver uma nova técnica do mito” (Cassirer, 2003, p. 327).

No capítulo final de *O Mito do Estado*, Cassirer aponta a natureza paradoxal

desses mitos racionalizados produzidos como armas modernas de luta política. Os mitos modernos são deliberadamente mobilizados por meio de uma técnica específica destinada a captar o estado de espírito de uma população abalada pela crise, levá-la ao máximo de tensão, e, assim, direcioná-la politicamente. Sua função é, em outras palavras, provocar uma imensa explosão de emoções e oferecer ao corpo social uma saída igualmente emocional. Como destaca Pellegrino Favuzzi, essa sofisticada técnica é constituída por quatro elementos básicos. Primeiro, a manipulação da linguagem, seu uso mítico regressivo, com objetivo de despertar, ampliar e canalizar as emoções de seus destinatários. Em segundo lugar, a organização de rituais em cuja participação o indivíduo perde seu senso de liberdade, de autonomia e responsabilidade pessoal, sendo instrumentalizado em favor de objetivos coletivos. Em terceiro lugar, a escolha de um líder que, como representante da ordem comunitária miticamente restaurada, exerce um duplo papel, de mago e político, personifica o desejo das massas e canaliza efetivamente a tensão emocional. Em último lugar, a introdução da figura de um inimigo comum, cujo sacrifício purificará a comunidade de todos os males que a assolam (Favuzzi, 2020, p. 189). Analisemos, então, os quatro elementos integrantes dessa moderna técnica de criação dos mitos políticos presente no último capítulo de *O Mito do Estado*.

3.1 A manipulação da linguagem

A primeira etapa do desenvolvimento dessa nova técnica consiste na manipulação da linguagem. Por meio da linguagem, aprendemos a orientar nossas ações, a regular nossas emoções e a comunicar nossos pensamentos. Na fala cotidiana, as palavras possuem uma dupla função: uma função descritiva e uma função emocional. Expressam sentimentos humanos ou descrevem objetos ou suas relações recíprocas. Em circunstâncias normais, ambas as funções se mantêm em equilíbrio. Linguagem “subjativa” e “objetiva”, proposicional e emocional, ambas são utilizadas como meios para alcançar um mesmo fim. Com o desenvolvimento da linguagem para níveis mais complexos de simbolização é que se torna possível alcançar formas mais amplas de objetividade e de determinação. Para compatibilizar-se com o mito, era preciso a inflexão desse longo processo evolutivo. Foi preciso, para isso, perturbar o equilíbrio harmônico alcançado pela linguagem entre as funções descritiva e emocional. Com efeito, a criação dos mitos políticos modernos, conforme delineado por Cassirer, envolveu o uso estratégico da linguagem. Para apelar às emoções das massas, recorreu-se a figuras retóricas poderosas, à construção de narrativas simplificadas e emocionalmente carregadas, à exploração de símbolos e sentimentos coletivos. A

linguagem, nesse diapasão, não buscou a persuasão racional baseada na verdade, mas a adesão passional pela crença fervorosa. A linguagem deixou de ser veículo de comunicação lógica para se tornar uma ferramenta de manipulação emocional e ideológica, destinada ao arrastamento da malta ao desfiladeiro da submissão e da reverência. Foi o retorno à fase expressiva da linguagem.

Como destaca Coskun, é difícil saber até que ponto se tinha consciência dessas diferentes funções da linguagem e de seus distintos níveis de objetividade, mas fato é que, nessa perniciosa corrupção da linguagem, foi determinada a introdução de novos termos e a redefinição de palavras já existentes, de modo a substituir a linguagem semântica ou proposicional, por uma linguagem emocional ou mágica (Coskun, 2007, p. 167-168). Com efeito, no processo de criação dos mitos políticos modernos não só houve uma alteração dos nossos valores éticos, mas uma transformação do uso e da função da linguagem. Tal como ocorre nas sociedades primitivas, em tempos de crise, a palavra mágica ganhou precedência sobre a palavra semântica. Vocábulos que antes tinham um sentido descritivo e lógico passam a ser carregadas de paixões e emoções violentas, dirigidas à produção de determinadas emoções e a provocação de certos efeitos em seus destinatários. Nesse contexto “só o mágico, ou feiticeiro, é capaz de governar a palavra mágica. Mas nas suas mãos torna-se uma arma extremamente poderosa. Nada pode resistir à sua força” (Cassirer, 2003, p. 327).

Segundo Cassirer, ao perscrutarmos o processo de desenvolvimento da fala humana na história da civilização, deparamo-nos com uma dupla função desempenhada pela palavra, quais sejam: seu uso semântico e mágico. Mesmo entre os povos mais antigos, a função semântica – esse esforço de nomear, descrever e dar forma inteligível ao mundo – jamais se ausenta; sem ela a fala e o desenvolvimento cultural do homem seriam impensáveis e o pensamento ter-se-ia limitado a experiências sensoriais. Porém, nos estágios iniciais da civilização, ela não se limita a espelhar o real ou a tecer relações entre os entes; ambiciona, antes, intervir no próprio tecido da realidade, dobrando-a ao império da vontade de quem a profere. Nas palavras de Cassirer “não descreve as coisas nem suas relações; tenta produzir efeitos e modificar o curso da natureza. Isso não pode ser utilizado sem uma complicada arte mágica” (Cassirer, 2003, p. 327). Somente o guardião das palavras encantadas, o detentor das transcendentais fórmulas mágicas tanto mais reverenciadas quanto menos inteligíveis, é capaz de manejá-la com destreza e modulá-las de modo a produzir os efeitos sobrenaturais desejados. Sob sua guarda, ela se converte em instrumento de poder, uma força contra a qual nem mesmo a natureza resiste. Nesse sentido, a linguagem tem uma relação estreita com o mito.

Segundo Cassirer, nos primeiros estágios da cultura a relação entre mito e

linguagem é tão íntima e sua cooperação mútua tão evidente que é praticamente impossível separá-los. “São dois brotos diferentes de uma mesma e única raiz” – afirma ele. Sempre que nos deparamos com o homem arcaico, ele encontra-se de posse da faculdade da fala e orientado pelo pensamento mítico. Ambos, baseiam-se numa experiência primitiva da humanidade; uma experiência que é, essencialmente, social. “Muito antes de aprender a falar, a criança já descobriu outros meios mais simples de se comunicar”. “Os gritos de desconforto, dor e fome, medo e susto que encontramos em todo mundo orgânico começam a assumir uma nova forma” – observa Cassirer – “Deixam de ser reações instintivas simples, pois são empregados de maneira mais consciente e deliberada”. Em seus estágios mais arcaicos, o homem projeta sobre o mundo natural essa experiência social elementar. Em sua percepção, não há uma simples relação entre natureza e sociedade, mas uma unidade orgânica na qual ambas não apenas estão interligadas, mas se confundem; não aparecem como esferas autônomas, mas uma totalidade indivisa, na qual o estabelecimento de limites nítidos entre um e outro se mostra impossível. “A própria natureza não passa de uma grande sociedade – a sociedade da vida”. A partir disso, podemos compreender a função específica da palavra mágica (Cassirer, 2021, p. 181-183).

No mundo arcaico, a confiança na magia está fundamentada em uma profunda convicção da solidariedade da vida. O poder social da palavra torna-se uma força natural, e sobrenatural mesmo, por meio da qual os poderes da natureza podem ser convocados e mobilizados segundo os desejos compartilhados pela comunidade. O homem primitivo sente-se rodeado por todo tipo de perigo, visíveis e invisíveis e não alimenta esperanças de superá-los por meios meramente físicos. A palavra mágica, habilmente articulada, invocada tempestiva e adequadamente, por aquele a quem cabe essa mística função, é a solução por ele encontrada. “Para ele, o mundo não é coisa morta e muda; ele pode ouvir e entender” – destaca Cassirer. “Logo, se os poderes da natureza forem convocados da maneira correta, não poderão negar-se a ajudar. Nada resiste à palavra mágica, *carmina vel coelo possunt deducere lunam*” (os encantamentos podem até fazer descer a lua do céu) (Cassirer, 2021, p. 183-184).

Na construção dos mitos políticos modernos, engenhoso palavrório é habilmente confeccionado visando ao convencimento do populacho incauto a dar cargas ao seu desejo reprimido. A violência é potencializada e direcionada a vilões de eleição. O mito é alimentado pelo medo generalizado. Alegam-se crises iminentes, sublevações ocultas, inimigos dissimulados prontos a solapar a pátria. Tal como no mundo arcaico, o homem sente-se rodeado por todo tipo de perigo. Segundo a epopeia criada, a tormenta da crise seguia curso impetuoso e tendia ao desbordamento dos limites civilizatórios para se resolver na violência inevitável. A pátria ameaçada

de ser arrojada no abismo da guerra intestina. Impelidos pelo suposto clamor da consciência nacional, ditadores impediam a propagação crise, instituía um novo regime político, evitavam a catástrofe anunciada e auguravam futuro auspicioso para a pátria. O temor é o combustível que alimenta a narrativa. Os opositores tornam-se ameaças permanentes, sempre à espreita, a justificar soluções excepcionais. As crises, reais ou fabricadas, jamais se dissipam por completo; delas se alimenta a engrenagem do domínio. A sociedade, aos poucos, desaprende a liberdade e se resigna à tutela do tirano.

O mito cria a fé sobrenatural da qual decorrem primícias e sanções. À esperança do paraíso prometido àqueles que se submetem voluntariamente à dominação contrapõe-se o terror do inferno reservado aos dissidentes. Ambos levam o indivíduo a tolerar as restrições que lhe são impostas. Os primeiros pela ignorância, os segundos pela brutalidade de que são vítimas. Diante do caos, apresentam-se soluções cujos métodos podem evitar o conflito e impedir que ele assuma as proporções de uma guerra civil: a mágica solução apresentada. A corrupção da linguagem produziu preleções miríficas que angariaram milhares de discípulos para a causa, cooptando até mesmo eminentes pensadores de seu tempo. O mito conquistou intelectuais, filósofos, artistas e cientistas, demonstrando da maneira mais lamentável que nossa evolução moral não necessariamente acompanha – ou, em regra, não acompanha –, nosso desenvolvimento intelectual. Uma atuação publicitária eficiente passa a ser decisiva na construção mítica do Estado. Sofistas da modernidade empunham tuba épica e utilizam sua habilidade para lograr a multidão com os encômios à sua fábula. Criam termos ou dão novos significados aos existentes. São mestres na arte da propaganda política e alcançam seu fim – a agitação das paixões violentas – pelos meios mais simplórios. Até mesmo uma palavra, mesmo a mera alteração de uma sílaba, pode lhes servir aos dissimulados propósitos. “Se ouvirmos essas novas palavras, descobriremos nelas toda gama de emoções humanas – ódio, cólera, fúria, altivez, desprezo, arrogância e desdém” (Cassirer, 2003, p. 329).

Onde as palavras não bastaram, a força se impôs. Versões alternativas foram abafadas pela censura, ideias divergentes proscritas e opositores violentamente calados. Os meios de comunicação de massa foram submetidos ao domínio do poder político e passam a veicular epopeias que têm como protagonista um herói da nação. Por meio de ardilosa verbiagem seus feitos são exaltados, aliciando enorme séquito de carrascos que sujavam suas mãos de sangue em nome de um falso ideal. A narrativa a tudo justifica. Como Orfeu, sua voz arrebatava discípulos submissos, que, enfeitiçados, o seguem por paixão e loucura. Assecclas se afanam à sua volta para reclamar as prerrogativas prometidas ou para colocarem-se à coberto de suas vilezas. São

produzidos numerosos textos e discursos laudatórios sobre o líder e suas obras, em número menor apenas do que a de vítimas inocentes: numerosíssimas as que tem nome, incontáveis as anônimas. Os martirizados são erigidos a falsos culpados e o verdugo a salvador. Sob seu protetorado a nação acredita encontrar a tão aguardada redenção e passa a cultivar um herói artificial.

3.2 O culto ao herói

Segundo Cassirer, os poderes divinos e demoníacos que emergem no pensamento mítico nada mais são do que a personificação dos anseios do grupo. A aspiração por um líder nasce sempre de uma intensa vontade coletiva. Não basta que essa exista, é preciso que ela seja encarnada, assuma forma concreta e individual (Cassirer, 2020, p. 34). Paralelamente, a crença do homem primitivo na magia manifesta uma dupla face. É um amálgama de desespero e confiança. Por um lado, o homem experimenta uma profunda insegurança, uma verdadeira desconfiança de si próprio e de suas capacidades individuais; por outro, deposita uma fé exorbitante na potência dos desejos compartilhados e da ação coletiva. A força atribuída ao mago, ao bruxo ou ao feiticeiro deriva do fato de que ele não atua como indivíduo isolado, mas de nele se condensarem e se concentrarem o poder de toda a tribo (Cassirer, 2020, p. 32). Com efeito, quando o impulso do espírito público atinge toda sua potência e intensidade “o povo pode ser facilmente persuadido de que tudo quanto necessita é de um homem providencial capaz de satisfazê-lo” (Cassirer, 2003, p. 325-326). Quanto maior a mobilização das massas, mais a unidade política depende da imposição de uma vontade pessoal, levando ao regime da ditadura. É a personalidade deste homem a pedra angular do mito; sua vontade é o cerne da teologia política sobre ele fundada. Promove-se a centralização do poder em torno de um líder. Quando isso aconteceu, não mais habitávamos um universo regido pela razão, mas em um mundo essencialmente mítico.

Evidentemente, uma nação civilizada não pode ser governada de acordo com os mesmos princípios simples e rudimentares que orientavam as sociedades primitivas. Tornou-se necessário encontrar uma forma inteiramente nova; desenvolver uma técnica de liderança desconhecida em épocas passadas. Essa era uma das primeiras tarefas dos novos homens de Estado. Os historiadores ensinam que em sua marcha ascensional o percurso da humanidade atravessou dois momentos: o homem iniciou sua jornada como *homo magus* – dotado de poderes simbólicos e espirituais para transformar a realidade por meio da mobilização mística de forças ocultas e sobrenaturais –, e tornou-se *homo faber* – artífice que utiliza-se da ciência e da razão

para transformar o mundo a partir do trabalho produtivo metódico, com base no conhecimento técnico. Segundo Cassirer, se admitirmos como válida tal distinção, os líderes políticos do século XX assumiram um perfil que aglutina ambas as funções, entrelaçando atividades que, em princípio, pareciam autoexcludentes. O político moderno encarnou simultaneamente dois papéis antagônicos: foi um “sacerdote de uma nova religião misteriosa e inteiramente irracional, mas para defender e propagar essa religião utiliza processos muito metódicos”. Essa aliança do mágico com o técnico é, segundo Cassirer, a mais original e inquietante marca dos mitos políticos do séc. XX (Cassirer, 2003, p. 326).

Nos mitos políticos, um governante é erigido a núcleo da integração política. A nação encontraria no culto de sua personalidade um poder de expressão simbólica ideal. Seria ele, o herói, a figura que deveriam servir como guia espiritual para os povos. O líder que, incorporando funções espirituais e terrenas para comandar, levaria a civilização ao seu venturoso destino; seria o homem capaz de operar todos os prodígios, o comandante em cujas mãos dever-se-ia depositar todas as esperanças de harmonia e prosperidade. Das manifestações de messianismo deflagradas por esse culto, extrai-se a gênese patológica da relação estabelecida entre governantes e governados, a bem dizer, da subserviência destes em relação àqueles. Em diversos países do globo, o totalitarismo passa a sustentar-se sobre o senhorio disfarçado de heroísmo. Convinha que acreditassem na função mítica do líder político para se curvarem ao seu jugo, para que sua missão pudesse e fosse aceita e suas leis obedecidas. Assim se equilibrava vida política, produzindo uma espécie de Síndrome de Estocolmo social, em que a vítima se identifica com seu algoz, imolando-se no culto místico de adoração ao líder salvador. Constrói-se, então, uma relação direta entre o herói e as massas em detrimento da política majoritária e da higidez das instituições democráticas. Como advogou Francisco Campos, a fascinação da personalidade carismática sob a qual as massas se encontram “é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal” (Campos 2002, p. 23).

O relacionamento do líder com o povo é habilmente cultivado por meio de discursos e da mobilização de símbolos nacionais que reforçavam sua imagem como governante próximo da nação e atento às suas necessidades; é alçado à comandante carismático que promove a concentração mágica de todas as desejos e encarna a verdadeira vontade popular; a salvador imbuído de poderes extraordinários para restaurar a ordem, promover a coesão social e guiar a nação ao seu destino. A coletividade, de entidade anônima e abstrata, passa a ter uma identidade na qual se reconhece. O homem, cuja racionalidade foi proclamada ao longo dos séculos,

transformou-se em mero destinatário inerte das escolhas paternalistas do herói.

A forma natural de exteriorização das escolhas do povo não mais se daria pelo voto democrático, mas pela aclamação de um líder capaz de dar expressão às suas aspirações e unificar as representações coletivas através de uma vontade una e imponente. O centro de gravidade do corpo político não mais se situava na esfera de deliberação democrática, mas no foro de uma vontade individual. O parlamento é reduzido a aparelho anacrônico, inoperante e dispendioso, cuja manutenção mostra-se perniciosa; uma arena que promove o sectarismo, o antagonismo, o partidarismo estéril e a desagregação, relegando o interesse nacional ao segundo plano. O remédio contra a disfunção dos parlamentos é a dissolução. Em grosseira ironia, contra a moléstia que compromete a fisiologia dos órgãos de representação popular, é prescrito um remédio que debela a enfermidade matando o próprio doente. Apenas o herói taumaturgo detém a ciência miraculosa para cura da afecção social. Suas atribuições são então transferidas àquele que as poderia exercer tempestiva, adequada e idoneamente.

A extinção do legislativo é medida que impõem as circunstâncias, um mal absolutamente necessário. A acrimônia do facciosismo político – círculo vicioso de interesses espúrios, falsidade, suspeita e chicana – era substituída pela vontade soberana de um líder que concentra as funções de elaborar, promulgar e revogar leis. A lei, exteriorização da vontade geral, na tradicional expressão de Rousseau, deixa de ser fruto do consenso democrático para exteriorizar os objetivos autocráticos do Estado Leviatã. Como destacou Cassirer: “os velhos laços sociais – direito, justiça e constituições – são declarados como sendo sem valor. O que fica é apenas o poder e a autoridade mística do líder e a sua vontade suprema é a lei” (Cassirer, 2003, p. 324). O novo líder político concentra os três poderes, que só artificialmente subsistem. Administra sem responsabilidade, julga sem processo e legisla sem representação. Na essência, não difere dos déspotas que lhe precederam no governo dos povos. Apresenta-se como o paladino da ordem, da harmonia, da segurança e do bem comum; o salvador que, a tempo e a hora, livra o povo do mal iminente, restaura a ordem, o progresso e a paz social.

Sob a nova ordem, inspirado pela sagrada missão de reatar os laços da unidade nacional e cultivar o florescimento de um destino próspero para a nação, o líder representa a autoridade suprema do Estado, absorve a atividade dos órgãos representativos, dirige a política interna e externa, orienta a administração pública e define a política legislativa. Revela-se a súplica das qualidades morais que constituíam o tipo do dirigente verdadeiramente perfeito, o arauto das virtudes cívicas de que careciam os políticos de ocasião. Torna-se o centro de confluência dos anseios

nacionais, o legítimo intérprete das aspirações sociais, o demiurgo que reinventara o Estado e o homem que satisfaz as necessidades fundamentais da vida pública.

Como descrito por Cassirer, os chefes políticos viram-se compelidos a assumir integralmente aquelas funções que, nas sociedades arcaicas, estavam confiadas à figura do mago. Aspiravam ser, simultaneamente, detentores soberanos do poder político, curadores aptos a extirpar todos os males do corpo social e técnicos capazes de manejar as engrenagens que movem a organização coletiva. Na sociedade primitiva, porém, o feiticeiro desempenha, segundo o filósofo alemão, uma outra função. Ele é, além de *homo magus*, *homo divinans*, ou seja, aquele que desvenda a vontade dos deuses e antecipa o futuro. Viver na esperança ou no medo, antecipar o porvir no pensamento e no sentimento, é daquelas características que distinguem profunda e radicalmente a vida humana da vida animal. O mito é a primeira tentativa de organizar esses sentimentos, conferindo-lhes forma, ordem e inteligibilidade. Por isso, o adivinho ocupa um lugar de destaque e exerce um papel insubstituível na vida social arcaica; não é raro encontrá-lo, inclusive em fases mais avançadas da cultura política, ainda plenamente investido de seus direitos, de sua autoridade e de seus antigos privilégios. Mesmo nesse aspecto, a vida política moderna regressou a formas que apreciam inteiramente superadas. (Cassirer, 2003, p. 333-334).

Assim como os magos hauriam sua autoridade dos desejos coletivos, os novos líderes políticos extraem a sua da vontade da nação. O Estado consubstancia a realização dos seus objetivos, a concretização do seu programa político e a projeção da sua vontade soberana. Tudo é concatenado pelos seus desígnios e pelos acontecimentos sucessivos que, sob sua orientação, preparam e efetuam o progresso e a obra de regeneração da nação. Tudo faz, tudo pode, tudo controla. Exerce uma força centrípeta que, incoercivamente, atrai para si a totalidade do poder do Estado e enfeixa poderes de um verdadeiro deus mitológico. Infalível por se achar em relação direta com a vontade do povo, incontável por receber diretamente dele a inspiração para seus atos, o líder político é transformado em um novo messias. Cada palavra sua é misticamente inspirada, cada gesto um significativo ato profético, cada decisão precedida de um ritual sagrado e obrigatório.

3.3 Os novos rituais

Assim como no universo arcaico, onde os ritos são os meios para legitimar práticas sociais, os líderes políticos modernos criaram rituais que permeavam toda a vida dos cidadãos. Rituais regulares que, tal como os primitivos, despertavam os sentimentos mais profundos de reverência e sacralidade, adormecendo o sentido de

responsabilidade individual. Como argumenta Cassirer, nas sociedades primitivas, onde prepondera o pensamento mítico, somente a responsabilidade coletiva é conhecida, o grupo consubstancia um todo indivisível que absorve as condutas individuais e por elas se responsabiliza; a coletividade é o sujeito moral ao qual são imputadas as ações de cada um dos seus membros (Cassirer, 2003, p. 329). Como antecipado, o que caracteriza a mentalidade primitiva é seu sentimento geral da vida. “É um profundo e ardente desejo dos indivíduos no sentido de se identificarem com a vida da comunidade e com a vida da natureza. Esse desejo é satisfeito pelos ritos religiosos” (Cassirer, 2003, p. 58). Consequentemente, no contexto do pensamento mítico, o homem não se reconhece como um indivíduo destacado do todo, mas tão somente como parte dele.

A crença na consanguinidade de todas as formas de vida de que Cassirer fala constitui a estrutura básica da unidade e indivisibilidade da vida. O homem primitivo não se percebe como um sujeito autônomo, destacado do mundo natural, mas como parte integrante de uma ordem cósmica, animada por forças que se manifestam ritualmente; em outras palavras, não existe senão em sua inserção em uma ordem mítica que aglutina o cosmos e a comunidade em uma unidade sagrada. O mito dissolve o sujeito na totalidade indistinta da vida; “é uma objetivação da experiência do homem, não da sua experiência individual” (Cassirer, 2003, p. 68). As fronteiras que para nós são nítidas, como a separação entre espécies, entre vivos e mortos, entre pessoas e objetos, são permeáveis ou inexistentes no horizonte mítico. O homem primitivo não se atribui um lugar único ou privilegiado na escala da natureza. Crê que todas as formas participam de uma mesma substância vital, formando uma única sociedade – “a sociedade da vida” – que incluem e abrange todos os seres animados e inanimados” (Cassirer, 2003, 59-60).

O pensamento mítico ignora e rejeita as distinções analíticas. A vida é sentida como um todo contínuo e ininterrupto, no qual o homem está inserido. “O eu sente e sabe a si mesmo apenas na medida em que se compreende como membro de uma comunidade, na medida em que se vê unido a outros na unidade de um clã, de uma tribo, de uma liga social” (Cassirer, 2004, p. 298). No mesmo sentido, a potência integradora dos mitos políticos, erigida à força motriz do governo de ocasião, promove, então, a fusão da nação com Estado. O mito sobre que se funda o processo de integração política terá tanto mais força quanto mais nele predominar a irracionalidade. O Estado torna-se mera projeção simbólica da unidade nacional obtida pela integração operada pela nova técnica. A política transmuta-se em teologia e, no altar dessa nova religião, sacrificam-se as ideias de individualidade e liberdade, tornadas sombras ilusórias de um passado a ser superado. Como argumenta Francisco

Campos, o homem passa a pertencer, alma e corpo, à nação, ao Estado e ao partido. “As categorias da personalidade e da liberdade são apenas ilusões do espírito humano” (Campos, 2002, p. 20). Assim, a sociedade dilui-se no Estado e o indivíduo na coletividade, tornando-se ambos mero fragmento da massa indistinta e amórfica.

Cassirer argumenta que os múltiplos modos pelos quais a expressão humana se manifesta configuram um novo domínio dotado de dinamismo próprio, uma espécie de permanência que ultrapassa a existência breve e individual do ser humano e projeta-se para as coletividades do porvir. Em todas as esferas da ação humana “podemos falar de uma tensão entre estabilização e evolução, entre uma tendência que leva a formas fixas e estáveis de vida e outra que rompe esse esquema rígido”. (Cassirer, 2021, p. 365). O indivíduo se encontra, assim, sempre situado entre duas forças: uma orientada para a conservação de formas herdadas, outra empenhada em criar. A vida cultural é o cenário contínuo desse confronto. Esse dualismo perpassa todo o universo cultural; o que muda é o peso relativo de cada uma dessas forças. Em certos momentos prevalece uma, em outros a oposta. É essa oscilação que imprime às diferentes formas culturais o seu traço característico e lhes confere uma feição própria (p. 365).

No mito, a tendência a conservação é tão intensa que supera completamente o polo oposto. Trata-se de um fenômeno cultural que, segundo Cassirer, parece o mais estabilizador da vida humana. Destaca o filósofo que o pensamento mítico é essencialmente conservador. O mito só compreende, justifica e confere sentido ao presente, remetendo-o a um passado ancestral, a um pretérito remoto. “Aquilo que tem suas raízes nesse passado mítico, que tem sido desde então, que existiu desde tempos imemoriais” adquire validade absoluta. Questionar essa inquestionável verdade equivale a uma profanação. Para a mentalidade arcaicas, nada é mais inviolável do que a autoridade conferida pela ancestralidade. É a antiguidade de todas as coisas, de objetos, costumes, práticas e instituições, que lhes concede valor, respeito e legitimidade moral e sagrada. Manter essa dignidade exige que a ordem humana permaneça imutável, replicada exatamente como sempre foi (Cassirer, 2021, p. 365-366).

Qualquer ruptura ameaça dissolver o próprio tecido da experiência religiosa e mítica, até mesmo a menor modificação no arranjo assume feições de monstruosidade. “As palavras de uma fórmula mágica, de um feitiço ou encantamento, as fases singulares de um ato religioso, de um sacrifício ou de uma oração têm de ser repetido em uma única e mesma ordem invariável”. A mudança destruiria o poder eficaz da fórmula ou do rito; qualquer solução de continuidade teria o condão de destruir a substância da vida mítica. “A religião primitiva, portanto, não pode deixar espaço

para qualquer forma de pensamento individual” – conclui Cassirer. “Ela preserva suas regras fixas, rígidas e invioláveis não só para cada ação humana, mas também para todo sentimento humano. A vida do indivíduo está sob uma pressão constante” (Cassirer, 2021, p. 366).

Os costumes, em razão do superlativo grau de coercibilidade que exercem sobre os indivíduos, impele-os ao respeito pelas regras de comportamento; têm um caráter eminentemente jurídico, consubstanciam, portanto, fonte primordial do direito dos povos sem escrita. O justo, por sua vez, é tudo aquilo que interessa à manutenção da coesão social, não o que atende aos interesses individuais de seus membros (Gilissen, 2016, p. 36-37). A centralidade do parentesco, do clã e do grupo faz com que a responsabilidade seja coletiva e a noção de subjetividade, típica da modernidade, seja de todo estranha às comunidades arcaicas. O indivíduo não é considerado parte integrante da sociedade natural; “só existiam a família e o clã, a tribo e a aldeia” – observa Will Durant –, “estas entidades é que possuíam a terra e detinham o poder” (Durant, [s.d.]a, p. 21). Não há, portanto, uma ideia responsabilidade individual nos moldes modernos, mas uma concepção objetiva e coletiva da culpa, vinculada à noção de pertencimento ao grupo, assim como não há, no universo arcaico, direitos individuais que possam ser oponíveis ao grupo, que, invariavelmente, se sobrepõe aos seus membros.

No mesmo sentido, os rituais dos mitos modernos esmaeciam paulatinamente a noção de individualidade e reforçavam a ideia de uma comunidade organicamente orientada para os mesmos fins e animada pelos mesmos objetivos; representavam a ruptura com a antiga ordem e remontavam ao evento que dava início a um novo tempo; criavam laços de pertencimento e compromisso com o regime que se impunha. O indivíduo deixa de ser uma personalidade individual, para tornar-se parte integrante de uma realidade grupal, partidária ou nacional. “É o restabelecimento da relação em que estava o homem primitivo com o seu clã” (Campos, 2002, p. 20). Segundo Cassirer, o efeito da realização constante, uniforme e monótona dos mesmos ritos é evidente: “adormecer todas as nossas forças ativas, o nosso poder de juízo e discernimento crítico” e “nos retirar o sentimento de personalidade e responsabilidade individual” pela (Cassirer, 2003, p. 329).

Os regimes totalitários criaram uma religião secular na qual o Estado, a nação e o líder eram sacralizados. Os rituais – tão regulares, rigorosos e inevitáveis quanto aqueles que encontramos nas sociedades primitivas – funcionavam como liturgias cívicas, substituindo as religiões tradicionais por uma nova fé política. A política era encenada como um espetáculo contínuo que suspendia a ordem cotidiana e dissolvia o indivíduo na massa difusa. Deixava de ser um espaço racional de deliberação

e tornava-se um espaço sagrado, onde o cidadão se tornava um crente da nova ideologia, cujos dogmas não se podia questionar sem sofrer nefastas consequências. Seu descumprimento representava grave transgressão que deflagrava a reação imediata de uma autoridade que precedia os indivíduos. Nas palavras de Cassirer, assim como nas comunidades primitivas, “negligenciar um dos rituais prescritos significa miséria e morte” (Cassirer, 2003, p. 329).

Os rituais eram cuidadosamente planejados e executados para servirem de instrumentos de mobilização das massas, controle ideológico e fortalecimento da autoridade e do poder; eram mecanismos de manipulação de elementos simbólicos que adquiriram forma atraente. Tal como nas sociedades primitivas, onde a repetição ritual dos mitos reinscreve a comunidade no tempo originário e garante a estabilidade do mundo humano, desfiles militares, comícios, discursos, celebrações de datas cívicas e doutrinação ideológica são as formas de expressão do mito e dos novos rituais que consubstanciam, simbolicamente, a ubiquidade do poder político. “Cada ação política tem seu ritual próprio. E desde que, no Estado totalitário, não existe esfera privada independente da vida política, toda a vida do homem é subitamente inundada por uma maré alta de novos rituais” (Cassirer, 2003, p. 329).

O indivíduo deixou de ser portador de direitos inerentes e passou a existir exclusivamente em função de um projeto político totalitário. A personalidade jurídica foi dissolvida por meio de categorias que reduziram o homem ao pertencimento coletivo. A supressão da esfera privada, a vigilância permanente e a imposição de uma linguagem manipulada corroeram a capacidade de julgamento moral autônomo. O medo constante, a propaganda e a banalização da violência produziram sujeitos conformados, incapazes de distinguir entre legalidade e justiça, entre verdade e mentira, entre justiça e violência. A obediência substituiu a responsabilidade individual e a submissão ao sistema passou a ocupar o lugar da consciência ética. A despersonalização sistemática e a violação radical da dignidade humana constituíram o núcleo mais perturbador da herança histórica dos mitos políticos.

O fascínio exercido pelos novos ritos destruiu o sentido de liberdade, oferecendo, em contrapartida, a isenção de toda responsabilidade pessoal. Os homens renunciaram à autonomia e ao pensamento crítico, entregando-se, sem resistência, à repetição mecânica de rituais onipresentes. Abdicaram, assim, do mais elevado privilégio humano e foram reduzidos a um estado de aquiescência inerme. Fecharam os olhos para as lágrimas e para o sofrimento alheio; taparam os ouvidos ao eco doloroso de suas aflições. Operou-se, então, um retorno à sociedade natural, na qual, por toda parte, os homens nascem encadeados pela “hereditariedade, pelo ambiente e pelo costume”, compondo uma verdadeira “teia de regulações incrivelmente constritoras e

minuciosas”, em que “mil tabus os enleavam, mil terrores lhes limitavam a vontade” (Durant, [s.d.]a, p. 21).

Nesse cenário, a vida política foi lançada aos abismos da irracionalidade; o processo político tornou-se deliberadamente descartável para que o mito pudesse operar com maior eficácia. A ética cedeu lugar ao rito, e a razão curvou-se, subalterna, ao pensamento mítico. Muito antes de se converterem em máquinas de extermínio em massa, os mitos foram instrumentos de despersonalização. “Empreenderam mudar os homens a fim de poderem regular e controlar seus atos. Os mitos políticos atuaram como a serpente que tenta paralisar a sua vítima antes de atacá-la” – conclui Cassirer. “Os homens caíram sem qualquer resistência séria. Foram vencidos e subjugados antes mesmo de compreenderem o que lhes estava acontecendo” (Cassirer, 2003, p. 331).

Considerações finais

Por um longo período, pareceu que havíamos assimilado as lições extraídas daquele trágico momento histórico analisado e vivenciado por Ernst Cassirer. O presente, contudo, oferece sinais inequívocos de retrocesso. Em distintas regiões do globo, assistimos ao ressurgimento de conflitos que se julgavam superados e ao recrudescimento de discursos orientados por ideologias perniciosas que se acreditava extintas. Guerras, atentados e perseguições motivadas por razões raciais, políticas ou religiosas proliferam por toda parte. A eclosão de conflitos bélicos dotados de um potencial destrutivo sem precedentes coloca em risco a sobrevivência da humanidade. A violência e o ódio voltam a ocupar o centro do debate público e uma corrompida ideia de unidade nacional é mobilizada para legitimar práticas de exclusão e perseguição. Tal como no século XX, a promessa de progresso técnico e econômico convive com uma profunda crise ética e política. A incapacidade de transformarmos os avanços materiais e intelectuais conquistados em projetos de convivência solidária e fraterna abre espaço para o ressurgimento de ideologias que promovem e exploram o medo e o ressentimento, culminando na inevitável frustração de um projeto comum. A manipulação da linguagem passa, novamente, a veículo privilegiado de ação política. As palavras são esvaziadas de seu sentido real e passam a legitimar a opressão e a violência. São usadas como receptáculos vazios, capazes de carregar qualquer significado e a justificar qualquer ação. Seu conteúdo semântico é adaptado segundo os interesses em jogo, atendendo a objetivos espúrios e a propósitos ocultos sob sua deturpada acepção.

A polarização política é alimentada pela exasperação deliberada dos discursos e

orientada pela lógica do inimigo comum. Tal como no século passado, o debate público deixa de ser um espaço de confronto civilizado e racional de projetos coletivos para transformar-se numa guerra permanente onde a irracionalidade prevalece. O outro não é visto como legítimo interlocutor cujas ideias merecem respeito e consideração, mas como obstáculo a ser eliminado e cuja opinião deve ser silenciada. Suas ideias não carregam nenhum valor, apenas comprometem a onipotência da verdade: a única e inatacável verdade do mais forte. A radicalização encontra um espaço de ampliação inédita na internet, onde as pessoas se fecham ao mundo real em um ambiente que estimula a agregação de indivíduos que compartilham as mesmas convicções. Essa reclusão dificulta o diálogo e o confronto com posições divergentes e, circunscritos a estreitos espaços fechados à pluralidade de opiniões, prepara-se um terreno fértil à propagação da desinformação, que alimenta a intolerância, o preconceito e a hostilidade. Florescem o desprezo, a cólera e a negação do outro, que, pelo simples fato de ser ou pensar diferente, deve ser expurgado do debate. A política deixa de ser um espaço de livre troca de ideias e converte-se em uma arena de batalha onde a estratégia mais eficaz é a destruição do adversário.

A insidiosa agressividade é amplificada pelas redes sociais, que criam uma ambiência de permanente adversidade, marcada pela mentira e pelo ódio, onde o estreitamento da abertura para opiniões divergentes reforça preconceitos e dificulta o encontro com a diferença. Reproduz-se, em escala superlativa, os mecanismos de propaganda e manipulação que outrora prepararam o terreno para a guerra. A esfera pública torna-se progressivamente mais beligerante. Em numerosos países, observa-se a instrumentalização política da tensão, do conflito, da violência, do extremismo e da polarização. Homens públicos se utilizam dos meios de comunicação para enervar a população, despertando-lhes os sentimentos de raiva, revolta e a indignação contra supostos culpados e contra as instituições democráticas, que passam a sofrer a ataques constantemente. O debate público é ardilosamente manipulado para dilatar a crise e manter, deliberadamente, um permanente estado de antagonismo na sociedade. Nessa luta de interesses que nos coloca a todos contra todos, não há nenhum vencedor possível.

Os meios são parcialmente diversos, mas a forma e finalidade as mesmas de outrora. Prevalece o velho expediente de dominação: espargir o desalento, o desânimo e a descrença – tanto do indivíduo em si mesmo e em sua capacidade singular de transformação quanto nas instituições –, tudo isso sob a aparência enganosa da defesa de valores supostamente legítimos. Progressivamente, o homem desacredita cada vez mais de si mesmo e de suas obras, perde o sentido de responsabilidade pessoal e aposta em soluções excepcionais apresentadas por falsos heróis. As crises, potencializadas

artificialmente, somente podem ser debeladas por meios extraordinários e por líderes extraordinários, que apresentam uma solução mágica, contraposta a todos os métodos existentes. Nega-se a razão, a ciência, a cultura. Mais uma vez apostamos na ignorância e na virulência. Novamente, as circunstâncias interpelam-nos sobre a estabilidade de nossas conquistas, pondo a descoberto nossas frágeis convicções e revelando a necessidade de uma luta contínua pela sua proteção e preservação. Ao que tudo indica, tornamo-nos cada vez mais vulneráveis à repetição da barbárie e da guerra. Todos esses fenômenos remetem, em larga medida, àquele mesmo cenário que levou o eminente filósofo de Marburg a escrever sua última obra. Diante de mais uma iminente convulsão, Cassirer nos lembra que nossas conquistas permanecem ameaçadas.

A política mítica exposta na devassa conduzida por Ernst Cassirer parece cada vez mais coadunar-se com a crise das democracias contemporâneas, nas quais ideias autoritárias infiltram-se difusa e incontrolavelmente no tecido social. Em um mundo novamente atravessado por discursos de exclusão, pela manipulação da linguagem, pela defesa de soluções excepcionais, pela valorização de falsos heróis, pela eleição e perseguição de supostos inimigos, pela instrumentalização de símbolos nacionais em favor de uma política autoritária e pela ritualização da política, tudo isso impulsionado por técnicas cada vez mais sofisticadas, revisitar Cassirer e reinscrevê-lo no centro do debate contemporâneo significa reafirmar que a luta pela democracia. Uma luta que, como ele próprio nos ensinou, não se vence de uma vez por todas, mas que se renova, inevitavelmente, a cada geração.

Referências

- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.
- CASSIRER, Ernst. La tecnica de nuestros mitos politicos modernos. Tradução de Alejandro Lumerman. In: DREIZIK, Pablo; FLORES, Pablo Ríos; LUMERMAN, Alejandro. **Filosofia, Mito y Fascismo: releendo El Mito del Estado de Ernst Cassirer**. 1ª ed. Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2020.
- CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. São Paulo: Codex, 2003.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas – II: O Pensamento Mítico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- COSKUN, Denis. **Law as a Symbolic Form: Ernst Cassirer and anthropocentric view of the law**. Dordrecht: Springer, 2007.
- DREIZIK, Pablo. Introducción. In: DREIZIK, Pablo; FLORES, Pablo Ríos; LUMERMAN, Alejandro. **Filosofia, Mito y Fascismo: releendo El Mito del Estado de Ernst Cassirer**. 1ª ed. Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2020.
- DURANT, Will; DURANT, Ariel. **A Era de Napoleão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
- DURANT, Will. **Nossa Herança Oriental**. Rio de Janeiro: Editora Record, [s.d]a.
- FAVUZZI, Pellegrino. **Il Pensiero Politico de Ernst Cassirer: filosofia dela cultura tra democrazie e mito**. Milano: Mimesis Edizione, 2022.
- FAVUZZI, Pellegrino. Filosofia de la cultura y mito politico. La critica de Ernst Cassirer sobre la razon mitico-politica. In: DREIZIK, Pablo; FLORES, Pablo Ríos; LUMERMAN, Alejandro. **Filosofia, Mito y Fascismo: releendo El Mito del Estado de Ernst Cassirer**. 1ª ed. Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2020.
- FITZPATRICK, Peter. **A Mitologia da Lei Moderna**. 1ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.
- HANDEL, Charles W. Prefácio. In: CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. São

Paulo: Codex, 2003, p. 9-15.